DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 9223/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/10960/2015
PROTOCOLO	: 1601701
ÓRGÃO	: FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: MARCELO FERREIRA MIRANDA
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

Trata-se da Prestação de Contas do Convênio de repasse financeiro n. 23.778/2014, firmado entre o *Estado de Mato Grosso do Sul* por meio da *Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul*, vinculada à Secretaria de Estado de Governo, através do Fundo de Investimento Esportivos – FIE, e a *Associação de Desenvolvimento Cultural e Esportiva de Campo Grande/MS.*

O presente convênio, celebrado em 5/9/2014 e encaminhado a esta corte de Contas por meio do Ofício n. 346/2015, tem como objeto o apoio financeiro para execução das ações referentes ao Projeto: "JOGOS DE AREIA MS 2014", de acordo com o Plano de Trabalho, relativos à ordem de R$65.667,00 (sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e sete reais).

Em análise conclusiva dos documentos enviados a esta Corte de Contas, no prazo e forma previstos nos dispositivos legais, em especial o Decreto nº 11.261/03 e a Lei 8.666/93, além de estar de acordo com as orientações contidas no Anexo I, Capítulo III, Seção I da Instrução Normativa nº 35/11, o núcleo técnico da 5ª Inspetoria de Controle Externo considerou que as contas do Convênio n. 23.778/2014 oferecem condições de aprovação. (ANC n. 16281/2015).

No mesmo sentido se posicionou o douto Procurador de Contas, Dr. João Antônio Martins de Oliveira Júnior, através do r. parecer, que, após observar a correta concessão, aplicação e a prestação de contas dos recursos, opinou favoravelmente à regularidade do Convênio em apreço (PAR nº

13434/2015).

É o relatório.

Contemplando os documentos que instruem o feito, bem como os valores aplicados no projeto, noto que a presente prestação de contas encontra-se regular.

O Convênio nº 23.778/2014 fora celebrado de acordo com as normas legais e regimentais aplicáveis à matéria, haja vista que os documentos encartados aos autos demonstram que a concessão, a aplicação e a prestação de contas guardam conformidade com a legislação vigente, nos termos da Lei 8.666/93, estabelecendo com clareza e objetividade as condições para sua execução, as responsabilidades das partes, não deixando dúvidas quanto a sua finalidade e o repasse dos recursos:

RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

VALOR REPASSADO	R$	65.667,00
RECURSOS PRÓPRIOS	R$	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	R$	0,94
TOTAL DOS RECURSOS	R$	65.667,94
PRESTAÇÃO DE CONTAS	R$	65.667,94
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS – Peça 8, fl. 155	R$	0,94

De tal modo, verifica-se que todas as determinações da Lei nº 8.666/93, do Decreto nº 11.261/2003[1] foram cumpridas, bem como da Resolução da Secretaria de Fazenda nº 2093/2007[2] foram plenamente atendidas.

Diante do exposto, considerando a documentação constante nos presentes autos e as razões acima elencadas, sob o fundamento legal contido

[1] Estabelece normas para celebração de convênios e instrumentos similares por órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.
[2] Disciplina os procedimentos para celebração de convênios ou instrumentos similares no âmbito do Poder Executivo.

no artigo 10, inciso II[3], da Resolução Normativa nº 76/2013 – RI-TC/MS, acolhendo o parecer exarado pelo Ministério Público de Contas, **DECIDO** pela **REGULARIDADE** da concessão, aplicação e prestação de contas do Convênio nº 23.778/2014, em que são partes a *Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul e a Associação de Desenvolvimento Cultural e Esportiva de Campo Grande/MS*, pelo atendimento às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Estadual nº 11.261/2003[4] e da Resolução da Secretaria de Estado de Fazenda/MS nº 2093/2007[5], o que faço nos termos do artigo nº 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012[6].

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande, 26 de novembro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

smmga

[3] **Art. 10.** Compete ao Conselheiro relator, no âmbito de sua atuação no Juízo Singular:
II – julgar as contas prestadas ou tomadas que envolvam valores correspondentes a até quatro mil UFERMS, observadas as disposições dos §§ 3º e 4º;
[4] **Decreto nº 11.261/2003** – Estabelece normas para celebração de convênios e instrumentos similares por órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.
[5] **Resolução da Secretaria de Estado de Fazenda/MS nº 2093/2007** – Disciplina os procedimentos para celebração de convênios ou instrumentos similares no âmbito do Poder Executivo.
[6] **Art. 59.** As prestações de contas serão consideradas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;